

# Entendimento e a 'perestroika'

Obertal Mantovanelli Netto \*

"O modelo não deu certo." Gorbachev

"Só tenho uma bala." Collor

**D**eis grandes Estados passam por fundamental processo de reestruturação. Ambos de passado monárquico. Um assassinou seu último imperador, o outro exiliou-o. Um foi *hard*, o outro *soft*. Os bolcheviques, com a União Soviética, e os jacobinos, com a República do Brasil, pretendiam chegar ao comunismo pela via socialista e ao país do futuro pela estrada da liberdade econômica.

A URSS tornou-se uma superpotência militar com o mais monolítico e totalitário sistema político-econômico de que se tem notícia, onde liberdade e consumo são privilégios de exigua faixa da população, o subconsumo é a regra geral e a carência atinge mais de 50 milhões dos seus 285 milhões de habitantes.

O Brasil, de hoje, ostenta uma sociedade de 45 milhões de consumidores de um total de 150 milhões de habitantes regida por um sistema político resultante da conjugação empresa estatal-empresa privada, de um lado, e Estado assistencialista, de outro, onde grassam o clientelismo, o cartorialismo, o corporativismo, o esquerdismo sindical e a corrupção.

O marxismo-leninismo-stalinista, na URSS, deu origem a agentes e gestores econômicos que desconhecem o papel do juro, do lucro e do risco como orientadores, incentivadores e depuradores dos investimentos e dos próprios agentes e gestores do processo de produção.

O jacobismo-assistencialista, no Brasil, gerou agentes e gestores econômicos para os quais custo e produtividade não constituem fatores básicos de concorrência, sindicalistas que vêm no estatismo solução para todos os problemas dos trabalhadores e governantes, para os quais a receita orçamentária não constitui limite para o gasto público.

Enquanto, na URSS, elegia-se o Estado como senhor e agente único de todas as iniciativas e atividades políticas, econômicas e sociais, no Brasil, pregava-se o primado da iniciativa e propriedade privadas e praticava-se o oligarquismo político aliado ao dirigismo, intervencionismo e assistencialismo estatal, a nível federal, estadual e municipal.

Do dirigismo econômico dos anos 30, passou-se ao intervencionismo estatal com a Constituição de 1946. Os governos militares, a partir do golpe de 1964, incentivaram o nacionalismo que

surgira, no âmbito da II Guerra Mundial, com a criação da CSN — Companhia Siderúrgica Nacional. Esses governos, com a conivência de setores da sociedade empresarial e dos tecnocratas, acresceram ao nacionalismo da época de Getúlio Vargas o conceito de "segurança nacional" e seus desdobramentos, tais como setores e atividades estratégicas, reserva de mercado e monopólio estatal. Tais conceitos e preconceitos, hoje, estão incorporados à Constituição de 1988 ao lado de disposições de estruturação política mista, parlamentarista e presidencialista, o que torna o Brasil institucionalmente ingovernável e economicamente mais fechado ao mundo do que a União Soviética de L. Brejnev. Parafraseando-se Lenin, que dizia que "o esquerdismo é a doença infantil do comunismo", pode-se afirmar que "o esquerdismo sindical é a doença infantil do sindicalismo" e que "o nacionalismo é a doença infantil do patriotismo".

A União Soviética está abandonando sua longa prática totalitária, desprendendo-se de todas as amarras, inclusive as ideológicas. Enfim, livra-se do "modelo" que "não deu certo", como foi dito por Gorbachev a seu próprio povo, através da televisão.

No Brasil, a sociedade vive situação de crescente desequilíbrio, a miséria tende a transbordar e a derramar-se sobre os bolsões e guetos dos minguantes consumidores, trazendo violência e risco de uma guerra civil anárquica. Hoje, ao contrário das "justificativas" do golpe de 1964, não se pode mais atribuir ao comunismo internacional os males que afligem a sociedade, nem tampouco buscar no golpe civil-militar o seu remédio. Não há mais como impor a mordaça da ditadura à sociedade. Foi justamente a ausência de crítica que deu lugar ao surgimento da aleijada e viciada sociedade em que estamos vivendo.

A história do século XX mostrou que só existe uma estrada que leva ao progresso econômico e social: é a delimitada, de um lado, pela democracia política e, pelo outro, pelo capitalismo. O capitalismo de Estado, na sua forma totalitária, como praticado na URSS, esgotou-se pela corrupção política, pelo privilégio burocrático-partidário e pela ineficiência. O capitalismo privado, aliado ao totalitarismo político, do tipo nazifascista ou neofascista, como praticado na Alemanha de Hitler, Itália de Mussolini, Espanha de Franco, Portugal de Salazar, só trouxe sofrimento aos seus povos. O capitalismo de Estado, aliado ao capitalismo privado e à ditadura política, como o brasileiro, esgotou-se pela corrupção, pelo clientelis-

mo, pelo cartorialismo, pelo corporativismo estatal. Uma empresa estatal só poderá trazer benefícios à sociedade se atuar como empresa pública, isto é, não ser instrumento da política do governo, gozar de autogestão plena e mostrar um balanço positivo com base em uma análise de custo-benefício social.

O Brasil tem que exorcizar de sua democracia nascente todos os "ismos" negativos que caracterizaram o seu passado e livrar sua psique social do vício do "jeitinho" e da chamada "Lei de Gerson", ou seja, tirar vantagem de tudo e de qualquer forma. Não é difícil identificar os sintomas do viciado imobilismo conservador dos dirigentes privados e estatais, à direita e à esquerda. Eles formam uma espécie de *Nomenklatura*, como a soviética, nos tempos de L. I. Brejnev. Como os de lá, os *nomenklaturistas* brasileiros odeiam mudanças que possam reduzir seus privilégios estratificados. Os empresários vêm no investimento estatal a garantia de seus lucros certos oriundos de um 'capitalismo' sem riscos. Um "capitalismo" que cria ricos mas não riquezas, que constrói estradas e pontes unindo nada a coisa alguma, hospitais e escolas fantasmagóricas. Os "governantes", para reduzir o déficit público, buscam aumentos tributários e esquecem da redução de despesas. O esquerdismo sindical apega-se a teses anacrônicas do ponto de vista político, econômico e tecnológico.

No Brasil, a sociedade precisa ter em vista a nova ordem mundial que está surgindo em consequência da derrocada dos regimes socialistas. As relações Leste-Oeste não são mais caracterizadas pelo confronto, mas, sim, pela busca de caminhos para a cooperação. A nova comunidade política que surgirá no lugar da URSS, em extinção, será a maior geograficamente e a mais poderosa, pois será uma superpotência nuclear, espacial e militar, contendo em seu ainda vasto território todas as riquezas minerais de que dispõe o Brasil, as maiores reservas mundiais de petróleo, gás natural e carvão mineral e, ainda, uma população instruída e culta. As relações Leste-Oeste, que antes não concorriam economicamente com as de Norte-Sul, poderão passar a fazê-lo e com sérias desvantagens para o Sul, ao levar-se em consideração fatores geopolíticos, tais como proximidade com a Europa Ocidental e com o Japão.

Emfim, ou nos entendemos ou estagnamos de vez. Só nos resta dizer com Collor: vencer ou vencer.